

ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio
Aldo Schneider
Leonel Pavan
Valmir Comin
Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Refere-se ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência e comenta estatísticas, salientando que a Apae enfrenta muitos problemas relativos à contratação de pessoal especializado pela falta de normatização específica na área chamando a atenção que as modificações a serem tomadas pelo governo pode acarretar falta de parâmetro de referência salarial dos professores e perda na qualidade de

ensino. Solicita, ainda, que tais medidas sejam repensadas.

Deputado Luiz Fernando Vampiro (Aparteante) - Como membro da comissão de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência ratifica a preocupação da deputada e enfatiza a importância da criação de cursos de aperfeiçoamento para os professores, pois é um ensino diferenciado.

Deputado Leonel Pavan (Aparteante) - Destaca a importância do tema, que merece um debate mais amplo, e se coloca à disposição para ajudar no que for preciso.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador)- Salienta a passagem do Dia da Árvore, 21 de setembro, e comenta matéria do jornal *Diário Catarinense* sobre o adiamento da convocação dos aprovados no concurso realizado para soldado, em 2015, pela Polícia Militar, o que gerou queixas entre quem espera para iniciar o curso de preparação para desempenhar a função.

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador) - Comunica a presença na comissão de Agricultura de representantes de entidades do setor agrícola do estado para discutir os cortes no Orçamento da União à área, fato este que trará prejuízos, especialmente à agricultura catarinense, salientando o envio de moção ao governo federal apelando pela reversão dessa decisão. Faz a leitura de um documento encaminhado pela Associação Brasileira de Produtores de Maçã, trazendo dados relativos à produção de maçã no Brasil e demandas dos fruticultores catarinenses. Ressalta a ameaça que representa a entrada no Brasil de maçã vinda da China e faz um apelo para que haja a atenuação da importação de maçã.

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) -
Comunica que o Supremo Tribunal Federal decidiu
proibir, na última quinta feira, dia 17, o
financiamento das campanhas eleitorais por
empresas e que tal medida foi defendida por um
grupo de mais de 103 entidades representativas do
país, salientando a importância desse avanço à
sociedade brasileira.

Comunica a visita, na próxima quinta-feira, do
ministro Supremo Tribunal Federal, Ricardo
Lewandowski, que será homenageado pelo presidente
Gelson Merisio.

Destaca que defende o fim do subsídio
vitalício aos ex-governadores e que protocolou
documento junto ao Supremo Tribunal Federal e
solicita que os recursos públicos oriundos de
impostos sejam revertidos em políticas públicas
tão necessárias e fundamentais para a sociedade
brasileira.

Partido: PMDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Ressalta
a importância do I Seminário Internacional da Uva
e do Vinho no município de Videira e destaca o
aumento da produção de vinho e do suco de uva em
Santa Catarina.

Demonstra preocupação em relação à proposta do
governo estadual de efetuar repasses financeiros e
substituir os contratos dos professores ACTs junto
as 190 Apaes. Comenta a preocupação de
professores, pais e alunos sobre essa situação e
apela no sentido de se buscar uma solução.

Deputado Natalino Lázare (Aparteante) -
Cumprimenta-o e corrobora a sua preocupação.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Reitera
as palavras do deputado e comunga com a sua
preocupação.

Deputado Antônio Aguiar (Aparteante) -
Cumprimenta-o pelo tema e corrobora o
pronunciamento do deputado.

DEPUTADO GEAN LOUREIRO (Orador) - Faz alusão ao evento ocorrido na Casa, parabenizando o partido PRB por novas filiações. Enfatiza a comemoração ao Dia da Árvore, destacando a mobilização no *hall* da Assembleia Legislativa - iniciativa da comissão de Turismo e Meio Ambiente, que integra de forma lúdica, contemplando crianças de escolas públicas e privadas, com objetivo de promover a conscientização ao tema.

Finaliza o discurso convidando todos para audiência pública que discutirá o projeto que cria a rota da cerveja em Santa Catarina. Projeto este que propõe incentivar e replicar as iniciativas no estado e por todo país.

Partido: PSD

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (Orador) - Relata sua participação no 33º Encontro Econômico Brasil-Alemanha, realizado pela Confederação Nacional das Indústrias, salientando a importância do conteúdo do evento em relação à inovação para o futuro das relações comerciais e cooperação entre empresas alemãs e brasileiras.

Destaca a presença do governador no evento que debateu a necessidade de se fazer uma reforma estrutural no Brasil com a criação de uma nova Constituinte, favorecendo os direitos e obrigações.

Reporta-se à fala do presidente da Fiesc, Glauco Corte, manifestando posição contrária à atuação política do governo federal na redução dos recursos ao Sistema "S" e anuncia uma grande mobilização política para mostrar a importância desses recursos.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Parabeniza-o pelo pronunciamento, frisa o trabalho desenvolvido pela indústria e comércio no estado Santa Catarina e corrobora a sua preocupação em relação aos cortes à indústria e ao comércio.

Deputado Natalino Lázare (Aparteante) - Parabeniza-o pela importância do tema e destaca a moção contra o corte dos recursos ao Sistema "S".

Deputado Rodrigo Minotto (Aparteante) - Destaca a relevância do tema abordado, cumprimenta o presidente da Fiesc e propõe fazer uma moção conjunta de apelo à presidente da República para que não haja corte ao Sistema "S".

Partido: PDT

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Faz referência ao triste fato noticiado pela imprensa sobre o grande índice de mortalidade infantil em Santa Catarina, mais acentuado nas cidades de Lages e Criciúma.

Fala sobre a grande feira de empregos destinada a pessoas com deficiência que acontecerá em Florianópolis, no dia 26 de setembro, no Instituto Federal de Santa Catarina e parabeniza o ministro do Trabalho e o superintendente Regional do Trabalho em Santa Catarina, bem como todas as instituições envolvidas na iniciativa e reafirma o compromisso com a defesa dos direitos dos trabalhadores com deficiência para uma sociedade mais ética, justa e inclusiva.

Partido: PSDB

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Destaca que quando governou Santa Catarina encaminhou a esta Casa um projeto de lei, que foi aprovado, e concede benefícios a mães em caso de gestação de múltiplos, mais de três bebês, e destaca que recentemente foi aprovada uma nova lei ampliando o período da concessão dos benefícios, pagos pelo governo catarinense, de seis anos para doze anos.

Manifesta sua indignação com o fato de algumas pessoas afirmarem que o PSDB quer dar um golpe político no atual sistema ao pedir o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. No entanto, reitera que o PSDB sugere que ela renuncie ao seu mandato, fazendo um favor para o país.

Ordem do Dia

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

A Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0260/2015, 0459/2015 e 0515/2015.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0053/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, torna dispensável a exigência pela administração pública estadual, direta, indireta e suas fundações, de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0206/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, institui o Programa de Gestão Financeira Familiar no Sistema Estadual de Ensino, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0167/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o índice de mortalidade infantil no estado no período compreendido de 2014 e o mês de agosto de 2015.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0126/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan e outros, a ser enviada à presidente da República e ao ministro dos Transportes, manifestando preocupação e apela pela reconsideração da decisão de prorrogação para 2022 das obras da BR-470 contidas na proposta orçamentária para o ano de 2016, mantendo o cronograma de conclusão para 2017.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, gostaria de v.exa. falasse com os líderes para que o projeto da Defensoria Pública fosse incluído na Ordem do Dia, pois o pessoal da Defensoria está aguardando.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Deputado, consta da pauta a votação do projeto da Defensoria.

Moção n. 0127/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare e outros, a ser enviada à ministra da Agricultura Pecuária e Abastecimento, com cópia à bancada catarinense no Congresso Nacional, solicitando apoio nas reivindicações externadas pelas entidades ligadas ao agronegócio de Santa Catarina quanto aos cortes anunciados ao subsídio para garantia de preços agrícolas e também no orçamento de todo Sistema "S", em especial ao

Senar, que sofrerá um impacto de 30% com a efetivação dos cortes previstos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0304/2015, de procedência da Defensoria Pública, que cria a indenização pela utilização de veículo próprio para os membros da Defensoria Pública deste estado e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente e srs. deputadas, esse projeto de lei é bastante aguardado pela Defensoria Pública de Santa Catarina. Eu coordeno a Frente Parlamentar em Defesa da Defensoria Pública, que é formada por praticamente todos os Partidos desta Casa. E nós elencamos como prioridade este ano a aprovação desse projeto de lei, tendo em vista que os núcleos da Defensoria Pública ainda são muito novos em Santa Catarina. Temos perdido defensores públicos, inclusive pela falta de estrutura e condições.

Esta indenização vem recompor a condição de mobilidade aos defensores públicos e permitir que nós possamos ter mais agilidade, portanto, mais mobilidade e quem sabe mais pessoas hipossuficientes, famílias, pessoas pobres em

condições de necessidade e também com seus direitos negados.

Então, quero pedir o voto de todos os deputados. Esse projeto foi aprovado nas três comissões. E nós entendemos que, provavelmente, logo, logo, estaremos aqui neste plenário discutindo, inclusive como deveremos ampliar esta Defensoria Pública para outros municípios do estado de Santa Catarina.

Quero registrar a presença também dos defensores e defensoras que se encontram em pé, aqui, junto ao plenário, acompanhando esta votação. Eles têm sido muito profissionais, muito éticos, muito sérios na condução das ações individuais e coletivas dos 21 núcleos. Tenho certeza de que esse projeto será aprovado e nós queremos que a Defensoria Pública em Santa Catarina cada vez mais cresça e se consolide.

Muito obrigada!

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Esta presidência também cumprimenta que todos os defensores e defensoras públicas estão aguardando a votação desse projeto.

Deputado Fernando Coruja - Pela rodem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O Brasil em 1988 constitucionalizou o direito de acesso à Justiça às pessoas mais pobres, no seu art. 5º. Hoje esse direito é igual o direito à saúde, à educação, à liberdade, e está consolidado. Nós sabemos que esse direito à Justiça não significa apenas o fato de a pessoa poder protocolar alguma coisa no Judiciário, mas precisa ser um direito efetivo, que possibilite que a pessoa realmente possa exercê-lo.

Santa Catarina tinha o modelo que era da Defensoria Dativa e foi considerado inconstitucional porque a constituição diz no seu art. 134, que precisa ser feito por defensores públicos, e Santa Catarina passou a implantar esse modelo a partir de uma determinação judicial.

Evidente, precisamos fortalecer a Defensoria Pública, que é uma instituição que defende a população mais fraca, muitas vezes contra o Ministério Público, que em tese defende o estado, mas que está muito melhor aparelhado, com mais condições, mais assessoria, todo um sistema melhor para exercer essa acusação de alguém em nome da sociedade. É preciso que a Defensoria Pública tenha uma situação melhor.

Aqui estamos tratando num projeto que permite o uso de carros particulares, é o modelo que Santa Catarina usa, inclusive aqui na Assembleia, e se diz sempre que é mais barato, e parece que realmente é o modelo mais barato, não fiz as contas, não vi os números, mas parece que é o mais barato. Falei na reunião da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que precisamos estar preocupados, presidente, com a situação do Brasil sobre a questão econômica. Não é mais premunção de crise, é presente.

Nós vamos ter que fazer uma reavaliação do próprio serviço público. Não é um benefício para categoria, é um benefício para a população. Vamos ter que rediscutir os benefícios, o estado brasileiro precisa rediscutir, é uma situação grave. Não sei bem o que vai acontecer, mas claramente há um problema. Projetos de Lei envolvendo serviço público, mais gastos, temos que refletir muito. Esse parece que não é mais gasto, pelo menos as contas mostram que vai ser menos gasto, então, em benefício do povo em geral eu voto a favor.

Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero destacar em primeiro lugar o esforço que o governo está fazendo, justamente, para implantar a Defensoria Pública.

E o ideal seria termos o número de Defensorias Públicas iguais ao de comarcas, que hoje são 111 e a Defensoria está em 27 regionais. Espera-se que com o tempo esse processo gradativo, que tem recebido o apoio irrestrito da Assembleia e, naturalmente, a aprovação desse projeto, que não é inovador, mas uma cópia do que já acontece com os auditores fiscais e com a Promotoria, de forma que há um tratamento equânime com relação aos defensores públicos. Esse projeto é importante no sentido de valorizar o defensor público e com isso assegurar à população, especialmente a mais carente, os seus direitos.

Muito obrigado!

Deputado Gean Loureiro - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gean Loureiro.

DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, inicialmente apenas quero ressaltar a importância do trabalho da Defensoria Pública em Santa Catarina.

Foi criada, nesta Casa, a Frente Parlamentar em Defesa da Defensoria Pública tendo a deputada Luciane Carminatti como presidente e eu como vice-presidente, indicado pela bancada do PMDB, e faço isso por uma característica muito própria da estrutura pública nacional.

No governo Fernando Henrique quando se começou a discutir a reforma administrativa no âmbito federal, percebeu-se que em muitos cargos a comparação do poder público com a iniciativa privada tinha uma grande diferença, ou seja, a remuneração na esfera pública era muito superior à iniciativa privada, em outros cargos estratégicos ela estava muito aquém da iniciativa privada. A Defensoria Pública catarinense é um exemplo disso,

hoje se percebe, cada vez mais, que muitos defensores públicos aprovados em concursos estão seguindo outro caminho profissional, seja na iniciativa privada ou fazendo outros concursos públicos, pois temos uma das menores remunerações de defensor público de todo o país.

É óbvio que esse projeto, que foi ingressado nesta Casa pela Defensoria Pública e não pelo governo do estado, já que tem prerrogativa para isso, mas como o responsável pela instituição o ex-deputado Ivan Ranzolin falou aqui, ele fez isso num acordo com o governo do estado por recomendação do grupo gestor, que definiu que essa aprovação e o investimento realizado iria gerar uma economia em função da manutenção e das condições dos veículos utilizados pela Defensoria Pública.

Agora, se nós parlamentares, conhecermos a realidade em cada comarca que já funciona a Defensoria Pública, do atendimento à população mais carente, do número de audiências que têm que ser realizadas, do número de atendimentos que têm que ser realizados, teremos outra visão da importância dessa instituição.

E a deputada Luciane Carminatti me socorre aqui, nas palavras do deputado Serafim Venzon, que está previsto em legislação federal até o ano de 2022 todas as comarcas terem uma estrutura de Defensoria Pública. Há metas a serem atingidas, precisa-se chamar mais defensores, o número é insuficiente, a estrutura é insuficiente, mas obviamente que é uma instituição recente em Santa Catarina e o nosso papel parlamentar é de apoiar para que essa condição seja cada vez melhor e quem ganha isso é a sociedade.

Parabéns pelo trabalho realizado pela Associação de Defensores Públicos que buscou cada parlamentar e soube argumentar, trabalhar junto às comissões e chega aqui com todos os pareceres favoráveis, permitindo uma...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, apenas gostaria de ressaltar a importância do trabalho de assistência jurídica, principalmente às pessoas de situação financeira insuficiente e que precisam do trabalho da Defensoria. É mais um órgão de serviço público e que hoje recebe o apoio desta Casa, como já votamos na sua criação, e aí temos que cumprimentar a todos os defensores, especialmente ao defensor-geral, que é o ex-deputado Ivan Ranzolin, o governador Raimundo Colombo por todo o esforço na implantação da Defensoria Pública em Santa Catarina que, paulatinamente, com muita responsabilidade, vem sendo aparelhada e vem prestando um grande serviço de qualidade.

Por isso, nós, do Partido Progressista e também do Bloco Social Progressista, votamos a favor desse projeto.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, o sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de fazer um registro especial e agradecer todos os membros da comissão de Finanças e Tributação que, na última reunião, aprovaram o parecer deste deputado.

E a pedido do presidente da Associação dos Defensores Públicos e do próprio defensor público-geral, o ex-deputado Ivan Ranzolin, para que déssemos agilidade por conta da missão que esta Casa deu a mim e ao deputado Fernando Coruja em relação à questão da busca de apoio às emendas constitucionais proposta por esta Casa, uma vez que o projeto estava comigo. E, na reunião da comissão de Finanças e Tributação, os colegas acataram que eu pudesse fazer o relatório

favorável verbal, logo depois, foi apensado ao projeto.

Então, muito obrigado aos deputados que entenderam essa necessidade e agora estamos aqui, neste momento, para fazer a aprovação.

Muito obrigado, sr. presidente.

Deputado Silvio Dreveck - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, apenas para encaminhamento de voto. Temos já manifestação de grande parte deste Parlamento favorável, mas evidentemente não poderíamos deixar recolher a aprovação desta matéria porque ela é importante não só para a Defensoria, mas, sim, para todos aqueles que precisam da Defensoria Pública em Santa Catarina.

Portanto, o nosso encaminhamento é favorável ao projeto, sr. presidente.

Deputado Darci de Matos - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, com a permissão do eminente líder do PSD, deputado Jean Kuhlmann, o voto é pela aprovação do projeto, pois é necessário, racional, pertinente. Também gostaria de dizer que a Defensoria Dativa funcionava muito bem e era um exemplo para o Brasil, mas por exigência jurídica criamos a Defensoria Pública e, para nossa surpresa, sr. presidente, é uma instituição que está se consolidando positivamente, formada por uma equipe de advogados concursados, jovens dedicados, sensíveis e, sobretudo preocupados com a garantia dos direitos fundamentais da população catarinense.

Parabéns à Defensoria Pública que é uma instituição que atende, sobretudo, quem precisa que são as pessoas carentes do estado de Santa Catarina.

Voto "sim" e parabéns ao trabalho da Defensoria Pública.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Deputado Manoel Mota - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra para encaminhamento final de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

DEPUTADO MANOEL MOTA - É de conhecimento de todos que a Defensoria Pública presta um trabalho relevante no estado de Santa Catarina, mas há problema de estrutura. É um projeto importante para dar continuidade ao trabalho lindo que faz em Santa Catarina.

Portanto, peço a toda bancada pela aprovação, sr. presidente.

Obrigado, sr. presidente!

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Os srs. deputado que o aprovam, permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0901/2015 e 0909/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0903/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0904/2015, do deputado Padre Pedro Baldissera; 0905/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0906/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0907/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch e 0908/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Comunica, outrossim, que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0723/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0724/2015 e 0725, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0726/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0727/2015 e 0728/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0729/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0730/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0731/2015, de autoria do deputado Mário Marcondes.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Cumprimenta e agradece a presença dos defensores públicos que acompanharam a votação do projeto da Defensoria Pública.

Ratifica as palavras da sra. Luciana Lombardi Schmitt, de Brusque, usuária do Sistema Único de Saúde, com relação à ineficiência do serviço prestado, estabelecendo critérios que se interpõem à vida. Pondera que uma Defensoria Pública mais forte vai ajudar a fazer valer o direito constitucional das pessoas.

Concluindo, faz referência à crise política e econômica decorrente da má gestão do governo, aumentando o pessimismo das pessoas, já que a inflação já chega a 11%.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Demonstra preocupação em relação à proposta feita pelo governo estadual em substituir os chamados professores ACTs por repasses financeiros às Apaes. Pondera que tal medida pode prejudicar as instituições, tendo em vista a retirada de sala de aula de profissionais experientes no trato com estudantes, rompendo vínculos efetivos e de confiança.

Deputado Mário Marcondes (Aparteante) - Manifesta sua indignação com essa situação das Apaes.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Orador) - Solicita ao governo estadual empenho com relação ao início das obras de revitalização da SC-445, trecho do Morro da Fumaça até Urussanga, salientando o descaso com relação à manutenção das rodovias em geral. Refere-se aos cortes no Orçamento, anunciados pelo governo federal, ressaltando a tentativa da volta da CPMF. Critica o corte no Sistema "S" e lê uma reportagem que traz dados que demonstram a importância do Sesi, Senai e Sesc. Por fim, clama aos deputados federais que levantem

a bandeira no sentido de que não haja tributação da CPMF.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Não havendo mais oradores que queiram usar a palavra, a Presidência encerra a sessão e convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.